



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP Nº 078/2026

## INTRODUÇÃO

### Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;*

*“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;*

*“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;*

*“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;*

*“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;*





- Armazenamento em nuvem;
- Suporte remoto.

### 3.2 Requisitos de Sustentabilidade:

3.2.1 A contratação deverá observar práticas de sustentabilidade voltadas à redução dos impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos tecnológicos e administrativos.

3.2.2 A solução deverá priorizar a digitalização de processos e informações, reduzindo a utilização de documentos físicos, impressões e deslocamentos desnecessários.

3.2.3 A contratada deverá adotar boas práticas relacionadas à eficiência energética, segurança da informação, armazenamento digital e utilização racional dos recursos computacionais.

3.2.4 Sempre que possível, os atendimentos técnicos deverão ser realizados de forma remota, visando reduzir emissões indiretas decorrentes de deslocamentos.

3.2.5 A solução deverá contribuir para modernização sustentável da Administração Pública Municipal, promovendo maior eficiência operacional, transparência digital e redução do consumo de papel.

## SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 A descrição com o respectivo quantitativo a ser contratado está apresentada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	Licenciamento de Plataforma de Gestão de Conteúdo (CMS WordPress): Subscrição/licenciamento de software para gerenciamento do Website Institucional, com interface administrativa para atualização de notícias, avisos e atos oficiais.	MÊS	12
2	Integração com Portal da Transparência: Implementação e manutenção técnica de módulos de integração de dados em tempo real (conforme Lei 12.527/2011 e LC 131/2009), garantindo a acessibilidade e navegabilidade das informações públicas.	MÊS	12
3	Hospedagem e Manutenção Técnica - Serviço de hospedagem em servidor seguro (Data Center), incluindo manutenção corretiva, atualizações de segurança, backup periódico e suporte técnico especializado.	MÊS	12
4	Hospedagem de Correio Eletrônico Corporativo - Disponibilização e gerenciamento de contas de e-mail institucionais (@pmsjorge.pr.gov.br), para até 150 usuários, com suporte a protocolos de segurança (SSL/TLS) e filtro anti-spam/malware e armazenamento em nuvem.	MÊS	12

### 4.2 Justificativa das Quantidades:

4.2.1 As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base na necessidade de manutenção contínua dos serviços de gerenciamento, hospedagem e suporte do Website Institucional do Município, bem como do correio eletrônico corporativo utilizado pelos diversos setores da Administração Pública Municipal.





MUNICÍPIO DE <b>SÃO JORGE D'OESTE</b> ESTADO DO PARANÁ   www.pmsjorge.pr.gov.br   CNPJ: 76.995.380/0001-03												
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO												
OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO, para Contratação de empresa especializada para o licenciamento (ou subscrição) de plataforma de gerenciamento de Website Institucional, incluindo os serviços de hospedagem, manutenção técnica e suporte do site oficial integrado ao Portal da Transparência, bem como hospedagem de correio eletrônico corporativo, para atender às necessidades da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste/PR.												
NOME DA EMPRESA												
CNPJ												
Data / Cotação												
COT 1	ZIUL - ASSESSORIA EM TECNOLOGIA E MARKETING LTDA										59.697.782/0001-02	11/05/26
COT 2	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS ( 3 COTAÇÕES)										07.797.967/0001-95	11/05/26
COT 3												
VALOR R\$												
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global	
1	Licenciamento de Plataforma de Gestão de Conteúdo (CMS WordPress); Subscrição/licenciamento de software para gerenciamento do Website Institucional, com interface administrativa para atualização de notícias, avisos e atos oficiais.	MES	12	100,00	142,52	242,00	230,00	100,00	242,00	178,63	1.200,00	
2	Integração com Portal da Transparência: Implementação e manutenção técnica de módulos de integração de dados em tempo real (conforme Lei 12.527/2011 e LC 131/2009), garantindo a acessibilidade e navegabilidade das informações públicas.	MES	12	100,00	110,58	174,60	111,55	399,00	174,60	124,18	4.788,00	
3	Hospedagem e Manutenção Técnica - Serviço de hospedagem em servidor seguro (Data Center), incluindo manutenção corretiva, atualizações de segurança, backup periódico e suporte técnico especializado.	MES	12	45,00	200,00	99,50	156,66	45,00	200,00	125,29	540,00	
4	Hospedagem de Correio Eletrônico Corporativo - Disponibilização e gerenciamento de contas de e-mail institucionais (@pmsjorge.pr.gov.br), para até 150 usuários, com suporte a protocolos de segurança (SSL/TLS) e filtro anti-spam/malware e armazenamento em nuvem.	MES	12	185,00	509,26	480,00	335,00	185,00	509,26	377,32	2.220,00	
TOTAL:											8.748,00	
FONTE DE PREÇOS UTILIZADAS NESTA COTAÇÃO: 1 - Empresa situada no município de Francisco Beltrão -PR; 2 - Portal Nacional de Contratações Públicas <a href="https://pncp.gov.br/app/">https://pncp.gov.br/app/</a> .												
Responsável pela cotação: LIOMAR SIEGA												
APROVAÇÃO:												
OBS.: FORAM ENVIADAS SOLICITAÇÕES DE PESQUISA DE PREÇOS PARA DIVERSAS EMPRESAS, SITUADAS NO ESTADO DO PARANÁ E OUTROS ESTADOS BRASILEIROS, CONFORME CÓPIAS DE EMAIL'S EM ANEXO, PORÉM APENAS UMA EMPRESA NO RESPONDEU, DESTA FORMA FIZ MAIS 3 COTAÇÕES NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS PARA COMPOSIÇÃO DA CESTA DE PREÇOS. E FOI ADOTADO O CRITÉRIO DE												
PROCESSO LICITATORIO / MODALIDADE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
São Jorge D'Oeste, 11 de maio de 2026.												
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL												

6.2 Pela Pesquisa de preços, define-se como VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO, o valor de R\$ 8.748,00 (oito mil e setecentos e quarenta e oito reais).

6.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 3.927/2023, mediante realização de pesquisa de preços junto a empresas especializadas do ramo, considerando valores praticados no mercado para serviços de hospedagem, manutenção de Website Institucional, integração com Portal da Transparência e correio eletrônico corporativo.

**SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

#### 7.1 Identificação de soluções:

7.1.1. Para a pretensão contratação foi identificada a possível solução:

7.1.1.2. Promover a contratação de empresa (s) através de Pregão Eletrônico.

7.1.1.3. Entende-se que o Pregão Eletrônico é a modalidade selecionada como a mais viável, considerando a natureza comum dos serviços e a necessidade contínua da Administração Municipal.

#### 7.2 Análise comparativa das soluções:

7.2.1 A solução definida consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de gerenciamento, hospedagem e manutenção do Website Institucional do Município,





incluindo integração com Portal da Transparência, disponibilização de correio eletrônico corporativo e suporte técnico especializado.

#### 7.2.2 A solução compreende:

- Licenciamento/subscrição da plataforma CMS WordPress;
- Hospedagem em ambiente seguro;
- Manutenção corretiva e preventiva;
- Atualizações de segurança;
- Suporte técnico;
- Backup periódico;
- Gerenciamento de e-mails corporativos;
- Integração com sistemas de transparência pública.

7.2.3 A contratação permitirá maior estabilidade, segurança, continuidade operacional e eficiência na comunicação institucional da Administração Pública Municipal.

#### 7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2. Pode ser considerado de necessidade contínua, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

#### 7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

#### 7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo adotado será a contratação mediante Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, visando selecionar proposta mais vantajosa para prestação dos serviços de





gerenciamento, hospedagem, manutenção do Website Institucional e correio eletrônico corporativo.

7.5.2 Considerando que a demanda é contínua, previamente estimada e plenamente definida, não se verifica vantagem na utilização do Sistema de Registro de Preços, sendo mais adequada a formalização mediante contrato administrativo.

#### 7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 Além disso, a solução contratada proporciona:

- Maior estabilidade e disponibilidade do Website Institucional;
- Segurança das informações públicas;
- Centralização da comunicação institucional;
- Atualizações contínuas da plataforma;
- Redução de falhas operacionais;
- Suporte técnico especializado;
- Maior transparência administrativa;
- Continuidade dos serviços digitais prestados à população.

#### 7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. Os serviços referentes ao gerenciamento, hospedagem, manutenção técnica do Website Institucional, integração com o Portal da Transparência e fornecimento de correio eletrônico corporativo terão início após a assinatura do contrato e emissão da respectiva ordem de serviço, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

#### 7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.8.2. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.8.3. Justifica-se a vigência contratual de 12 (doze) meses em razão da necessidade de manutenção contínua, estável e ininterrupta do Website Institucional, dos serviços de hospedagem, suporte técnico, correio eletrônico corporativo, atualizações de segurança e garantia da disponibilidade das informações públicas disponibilizadas em meio digital.

**SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO** (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).





8.1. Para a contratação pretendida, visando atender as demandas existentes foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por Lote.

8.3 A adoção do critério de julgamento por lote único justifica-se pela necessidade de integração entre os serviços de hospedagem, manutenção técnica, gerenciamento do Website Institucional e correio eletrônico corporativo.

8.4 A contratação de único fornecedor garante maior compatibilidade técnica, centralização do suporte, padronização operacional, melhor gerenciamento contratual e maior segurança das informações institucionais.

8.5 Dessa forma, o parcelamento da solução mostra-se tecnicamente desaconselhável, razão pela qual a contratação por lote único representa a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Municipal.

**SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1 Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Manutenção contínua do Website Institucional;
- Melhoria da transparência pública;
- Maior disponibilidade das informações institucionais;
- Fortalecimento da comunicação oficial com a população;
- Segurança da informação;
- Estabilidade da hospedagem;
- Continuidade dos serviços de correio eletrônico corporativo;
- Redução de falhas operacionais;
- Suporte técnico especializado;
- Conformidade com a legislação vigente;
- Maior eficiência administrativa;
- Modernização dos serviços digitais da Administração Pública Municipal.

**SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO** (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.





12.2 A contratação também contribui para o fortalecimento das práticas de sustentabilidade administrativa, ao incentivar processos digitais, comunicação eletrônica institucional e acesso remoto às informações públicas, reduzindo o impacto ambiental associado às rotinas administrativas convencionais.

**SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1 Em virtude dos estudos realizados, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, hospedagem e manutenção do Website Institucional, integração com Portal da Transparência e fornecimento de correio eletrônico corporativo mostra-se necessária, viável e adequada ao atendimento das necessidades da Administração Municipal de São Jorge D'Oeste/PR.

13.2 A solução escolhida atende aos princípios da eficiência, transparência, continuidade dos serviços públicos, economicidade, modernização administrativa e segurança da informação, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

São Jorge D'Oeste – PR, 18 de maio de 2026.

\_\_\_\_\_  
Jonica Maria Caetano  
Responsável pela elaboração do ETP – Portaria nº 3.004/2025

\_\_\_\_\_  
Clair Mariano da Costa  
Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças – Decreto 4.496/2025